

288

Perícias Técnicas em Engenharia, Economia, Contabilidade, Advocacia, Medicina e Gemologia  
Engenharia Civil, Mecânica, Naval, Elétrica, Eletrônica, Química, Telecomunicações, Segurança, Informática, Grafotécnica  
Avaliação de Imóveis, Equipamentos, Embarcações, Negócios e Empresas  
Perícias, Assistência Técnica e Consultoria Contábeis, Econômicas e Financeiras  
Perícias e Assistência Técnica nas áreas de Medicina e Fisioterapia  
Perícias, Assistência Técnica e Consultoria em Advocacia  
Elaboração de Instrumentos Contratuais e Pareceres Formatação Jurídica e Econômico/Financeira de Negócios  
Design de Interiores; Design Thinking; Consultoria Criativa; Marketing  
Educação Corporativa; Representação Comercial; Compra, Venda e Administração de Imóveis  
Cronus Instituto de Consultoria, Perícias e Atendimento - CNPJ: 05.924.467/0001-41  
Cronus Consultoria Contábil e Perícias - CNPJ: 13.538.980/0001-22  
Saturno Consultoria Contábil e Perícias - CNPJ: 13.527.960/0001-56  
RSA Advogados Associados - CNPJ: 28.359.088/0001-51  
Av. N. S. de Copacabana, 500, Salas 810/811; R. Barata Ribeiro, 316, sala 201 - Copacabana - Rio de Janeiro - RJ  
tel: 3579-4605; 98776-4447  
e-mail: [nataliasalomao@cronusempresas.com.br](mailto:nataliasalomao@cronusempresas.com.br)

**LAUDO PERICIAL CONTÁBIL**

**REGIONAL DE MADUREIRA**

**JUIZ(A) DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL**

**PROCESSO Nº. 0003200-79.2006.8.19.0202**

**Autora (Recorrida): ANA CRSITINA CESAR DA SILVA**

**X**

**Réu (Recorrente): ABN ANRO BANK – AYMORÉ FINANCIAMENTOS**

Elaborado por  
Natalia de Souza Salomão - Perita do Juízo  
CORECON RJ 25.817  
Fevereiro/2020



## 1 - DESIGNAÇÃO PARA PERÍCIA

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Regional de Madureira

## 2 - OBJETIVOS

Cumprir o Acórdão, às fls. 172/178 e aferir eventual valor devido.

## 3 - METODOLOGIA DO EXAME PERICIAL

O exame pericial foi realizado com base na documentação contida nos autos, nas normas e resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil – BACEN envolvendo o Mercado de Crédito Bancário e nos Postulados das Ciências Contábeis.

## 4 – RESUMO DA LIDE

A Autora afirmou ter firmado com o réu um contrato de financiamento com alienação fiduciária, sob o qual estaria sendo praticado anatocismo;

Em sede de contestação, alega a Ré que firmou com a Autora um contrato legalmente pactuado, que não houve cobrança indevida, e que não há qualquer vedação legal para a cobrança de tais valores, sendo as mesmas previstas em contrato e a cláusula contratual que prevê tal cobrança não é nula ou foi anulada;

4.1 Laudo Pericial acostado às fls. 133/144;

4.2 Impugnação da Autora, às fls. 148:

*“Ciente do Laudo, contudo o I. Perito não atende ao objetivo do laudo descrito às fls. 133, posto que não responde ao item 1.4 de fls. 135, justificando se há prática de anatocismo.”*

4.3 Resposta à impugnação pelo Perito, às fls. 156:

*“(…) Quando o Banco Réu cobra o valor da comissão se permanência das parcelas vencidas, o faz sobre o valor total das parcelas que já estão computadas com juros mensais, quando deveria cobrar somente sobre o valor do principal da parcela, excluindo-se os juros. (...)”*

4.4 Sentença, às fls. 160/162:

“(…) A prática do anatocismo, por sua vez, precisa ser provada. O laudo pericial contábil apontou a inexistência do anatocismo do contrato em exame, posto que as parcelas eram fixas, incidindo apenas juros e comissão de permanência quando paga a parcela em atraso.

Considerando que não houve cumulação de comissão de permanência e correção monetária, bem como incidência de outros encargos, não houve ilegalidade na cobrança. Observe-se que o IOF é tributo obrigatório.

Assim, no mérito, não podem prosperar os pedidos da parte autora, posto que não houve falha na prestação de serviços, pelo que inexistente o dever de indenizar. (…)”

#### 4.5 Decisão Monocrática, às fls. 172/178:

“(…) i) declarar a nulidade da cláusula contratual relativa aos encargos moratórios, os quais devem se limitar aos juros de 1% ao mês a partir do vencimento de cada prestação e multa de 2%, tal como expressamente pactuado (item 8 página 15 verso), excluída a comissão de permanência; ii) para determinar que a devolução de eventuais valores pagos a mais, apurados em revisão contratual, seja realizada na forma simples. (…)”

### 5 - ANÁLISE DOS FATOS:

5.1 O objetivo desta perícia é recompor os valores apresentados nas faturas acostadas aos autos às fls. 10/42 e, partindo deste ponto, calcular os juros de 1% ao mês a partir do vencimento de cada prestação e multa de 2% e determinar a devolução de eventuais valores pagos a mais, apurados em revisão contratual, seja realizada na forma simples.

5.2 Assim, podemos primeiro determinar a diferença entre os valores que deveriam ter sido pagos e os valores pagos efetivamente, seguindo o objetivo desta perícia:

291

A	B	C	D	E	F	G	H	I
Data da Fatura	Valor da Prestação	Data do Pagamento	Valor Pago	Dias de Atraso (C-A)	Juros de 1% ao mês a partir do vencimento de cada prestação	Multa de 2%	Valor que deveria ser pago (B+F+G)	Diferença (D-H)
14/05/2002	R\$ 1.044,63	15/05/2002	R\$ 1.081,09	1	R\$ 0,35	R\$ 20,89	R\$ 1.065,87	R\$ 15,22
14/02/2003	R\$ 1.044,63	05/03/2003	R\$ 1.178,61	19	R\$ 6,62	R\$ 20,89	R\$ 1.072,14	R\$ 106,47
14/03/2003	R\$ 1.044,63	07/04/2003	R\$ 1.206,75	24	R\$ 8,36	R\$ 20,89	R\$ 1.073,88	R\$ 132,87
14/04/2003	R\$ 1.044,63	08/05/2003	R\$ 1.206,75	24	R\$ 8,36	R\$ 20,89	R\$ 1.073,88	R\$ 132,87
14/05/2003	R\$ 1.044,63	04/06/2003	R\$ 1.189,56	21	R\$ 7,31	R\$ 20,89	R\$ 1.072,84	R\$ 116,72
14/06/2003	R\$ 1.044,63	10/07/2003	R\$ 1.218,34	26	R\$ 9,05	R\$ 20,89	R\$ 1.074,58	R\$ 143,76
14/07/2003	R\$ 1.044,63	06/08/2003	R\$ 1.200,99	23	R\$ 8,01	R\$ 20,89	R\$ 1.073,53	R\$ 127,46
14/08/2003	R\$ 1.044,63	08/09/2003	R\$ 1.212,53	25	R\$ 8,71	R\$ 20,89	R\$ 1.074,23	R\$ 138,30
14/09/2003	R\$ 1.044,63	20/10/2003	R\$ 1.250,00	36	R\$ 12,54	R\$ 20,89	R\$ 1.078,06	R\$ 171,94
14/10/2003	R\$ 1.044,63	13/11/2003	R\$ 1.241,87	30	R\$ 10,45	R\$ 20,89	R\$ 1.075,97	R\$ 165,90
14/11/2003	R\$ 1.044,63	10/12/2003	R\$ 1.218,34	26	R\$ 9,05	R\$ 20,89	R\$ 1.074,58	R\$ 143,76
14/12/2003	R\$ 1.044,63	21/01/2004	R\$ 1.302,81	38	R\$ 13,23	R\$ 20,89	R\$ 1.078,75	R\$ 224,06
14/01/2004	R\$ 1.044,63	13/01/2004	R\$ 1.241,87	-	-	-	-	-
14/02/2004	R\$ 1.044,63	12/03/2004	R\$ 1.224,19	27	R\$ 9,40	R\$ 20,89	R\$ 1.074,92	R\$ 149,27
14/03/2004	R\$ 1.044,63	15/04/2004	R\$ 1.265,96	32	R\$ 11,14	R\$ 20,89	R\$ 1.076,67	R\$ 189,29
14/04/2004	R\$ 1.044,63	13/05/2004	R\$ 1.235,95	29	R\$ 10,10	R\$ 20,89	R\$ 1.075,62	R\$ 160,33
14/05/2004	R\$ 1.044,63	15/06/2004	R\$ 1.265,96	32	R\$ 11,14	R\$ 20,89	R\$ 1.076,67	R\$ 189,29
14/06/2004	R\$ 1.044,63	19/07/2004	R\$ 1.284,24	35	R\$ 12,19	R\$ 20,89	R\$ 1.077,71	R\$ 206,53
14/07/2004	R\$ 1.044,63	06/09/2004	R\$ 1.296,59	56	R\$ 19,50	R\$ 20,89	R\$ 1.085,02	R\$ 211,57
14/08/2004	R\$ 1.044,63	17/09/2004	R\$ 1.278,13	34	R\$ 11,84	R\$ 20,89	R\$ 1.077,36	R\$ 200,77
14/09/2004	R\$ 1.044,63	15/10/2004	R\$ 1.259,93	31	R\$ 10,79	R\$ 20,89	R\$ 1.076,32	R\$ 183,63
14/10/2004	R\$ 1.044,63	17/11/2004	R\$ 1.278,13	34	R\$ 11,84	R\$ 20,89	R\$ 1.077,36	R\$ 200,77
14/11/2004	R\$ 1.044,63	20/12/2004	R\$ 1.290,40	36	R\$ 12,54	R\$ 20,89	R\$ 1.078,06	R\$ 212,34
14/12/2004	R\$ 1.044,63	19/01/2005	R\$ 1.290,40	36	R\$ 12,54	R\$ 20,89	R\$ 1.078,06	R\$ 212,34
14/01/2005	R\$ 1.044,63	14/02/2005	R\$ 1.259,93	31	R\$ 10,79	R\$ 20,89	R\$ 1.076,32	R\$ 183,63
14/02/2005	R\$ 1.044,63	14/03/2005	R\$ 1.230,05	28	R\$ 9,75	R\$ 20,89	R\$ 1.075,27	R\$ 154,78
14/03/2005	R\$ 1.044,63	13/04/2005	R\$ 1.241,87	30	R\$ 10,45	R\$ 20,89	R\$ 1.075,97	R\$ 165,90
							Total	R\$ 4.239,75

5.3 Partindo deste ponto, ainda seguindo o objetivo desta perícia, procedemos com a correção monetária das diferenças encontradas, realizada de forma simples:

### PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Data de atualização dos valores: janeiro/2020  
 Indexador utilizado: TJ/RJ (Tabela Tribunal Just RJ)  
 Juros moratórios simples de 1,00% ao mês  
 Acréscimo de 0,00% referente a multa.  
 Honorários advocatícios de 0,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS 0,00% a.m.	JUROS 1,00% a.m.	MULTA 0,00%	TOTAL
1	1º pagamento	15/5/2002	15,22	44,61	0,00	94,57	0,00	139,18
2	2º pagamento	5/3/2003	106,47	278,64	0,00	562,85	0,00	841,49
3	3º pagamento	7/4/2003	132,87	347,73	0,00	698,94	0,00	1.046,67
4	4º pagamento	8/5/2003	132,87	347,73	0,00	695,46	0,00	1.043,19
5	5º pagamento	4/6/2003	116,72	305,46	0,00	607,87	0,00	913,33
6	6º pagamento	10/7/2003	143,76	376,23	0,00	744,94	0,00	1.121,17
7	7º pagamento	6/8/2003	127,46	333,57	0,00	657,13	0,00	990,70
8	8º pagamento	8/9/2003	138,30	361,94	0,00	709,40	0,00	1.071,34
9	9º pagamento	20/10/2003	171,94	449,98	0,00	877,46	0,00	1.327,44
10	10º pagamento	13/11/2003	165,90	434,17	0,00	842,29	0,00	1.276,46
11	11º pagamento	10/12/2003	143,76	376,23	0,00	726,12	0,00	1.102,35
12	12º pagamento	21/1/2004	224,06	533,73	0,00	1.024,76	0,00	1.558,49
13	13º pagamento	13/1/2004	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	14º pagamento	12/3/2004	149,27	355,57	0,00	675,58	0,00	1.031,15
15	15º pagamento	15/4/2004	189,29	450,90	0,00	852,20	0,00	1.303,10
16	16º pagamento	13/5/2004	160,33	381,92	0,00	718,01	0,00	1.099,93
17	17º pagamento	15/6/2004	189,29	450,90	0,00	843,18	0,00	1.294,08
18	18º pagamento	19/7/2004	206,53	491,97	0,00	915,06	0,00	1.407,03
19	19º pagamento	8/9/2004	211,57	503,97	0,00	927,30	0,00	1.431,27
20	20º pagamento	17/9/2004	200,77	478,25	0,00	879,98	0,00	1.358,23
21	21º pagamento	15/10/2004	183,61	437,37	0,00	800,39	0,00	1.237,76

292

22	22º pagamento	17/11/2004	200,77	478,25	0,00	870,42	0,00 1.348,67
23	23º pagamento	20/12/2004	212,34	505,81	0,00	915,52	0,00 1.421,33
24	24º pagamento	19/1/2005	212,34	470,35	0,00	846,63	0,00 1.316,98
25	25º pagamento	14/2/2005	183,61	406,71	0,00	728,01	0,00 1.134,72
26	26º pagamento	14/3/2005	154,78	342,85	0,00	610,27	0,00 953,12
27	27º pagamento	13/4/2005	165,90	367,48	0,00	650,44	0,00 1.017,92
Sub-Total							R\$ 29.787,10
TOTAL GERAL							R\$ 29.787,10

<http://www.drcalc.net/planilhacalc.asp>

5.4 Observamos assim que a Autora pagou a mais o valor, atualizado para janeiro/2020, de R\$ 29.787,10 (vinte e nove mil e setecentos e oitenta e sete reais e dez centavos).

## **6 – CONCLUSÕES:**

6.1 Como detalhadamente demonstrado nos itens anteriores, podemos concluir, seguindo o Acórdão, às fls. 172/178, que o Banco Réu deverá devolver o valor, atualizado para janeiro/2020, de R\$ 29.787,10 (vinte e nove mil e setecentos e oitenta e sete reais e dez centavos).

## **7 – RESPOSTAS AOS QUESITOS**

As partes não apresentaram Quesitos.

## **8 – ENCERRAMENTO:**

O presente Laudo Pericial consta de 5 (cinco) páginas digitadas.

Nestes termos, pede deferimento  
Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2020

  
Natalia de Souza Salomão

Perita do Juízo

CORECON RJ 25.817